



PROCESSO Nº	35.474-0/2017
INTERESSADA:	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER - SEDUC
RESPONSÁVEL:	MARCO AURÉLIO MARRAFON
UNIDADE ESCOLAR:	ESCOLA ESTADUAL ALINA DO NASCIMENTO TOCANTINS
ASSUNTO:	LEVANTAMENTO
RELATOR	CONSELHEIRO JOÃO BATISTA CAMARGO JÚNIOR

DESPACHO

Tratam os autos de **Levantamento** realizado pela Secretaria de Controle Externo deste Tribunal na Escola Estadual Alina do Nascimento Tocantins, vinculada à Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer, sob a responsabilidade do Sr. Marco Aurélio Marrafon, com o objetivo de avaliar a infraestrutura, diagnosticar aspectos relacionados à educação e propor melhorias na unidade escolar, em razão fiscalização promovida pelo programa “Visita às Escolas”.

Consoante relatado no Relatório Técnico Preliminar (doc. digital nº 341084/2017), a equipe de auditoria realizou inspeção física na unidade escolar, promoveu entrevista com a diretora, Sra. Nara Garcia Teixeira da Silva, analisou informações fornecidas pelos professores e membros do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, e extraiu dados fornecidos pelo Ministério da Educação para análise.

A unidade instrutiva apresentou a evolução dos índices projetados no IDEB da Escola durante os anos de 2007 a 2015, com a análise nas turmas de 9º ano, conforme tabela demonstrativa apresentada abaixo:

ANO	Meta para a Escola	Indicador IDEB da Escola	Indicador IDEB do Estado
2007	3,7	3,5	3,6
2009	3,8	4,9	4,2
2011	4,1	4,5	4,3
2013	4,5	4,4	4,2
2015	4,9	4,5	4,5



Ato contínuo, a Secex demonstrou que em 2015 o nível de proficiência dos alunos do 9º ano na disciplina de Português atingiu os seguintes índices: 43% (quarenta e três por cento) identificado como Básico; 28% (vinte e oito por cento) em Proficiente; 27% (vinte e sete por cento) em Insuficiente e apenas 2% (dois por cento) em Avançado.

Já na disciplina de Matemática, os alunos atingiram os índices de 54% (cinquenta e quatro por cento) em Básico; 38% (trinta e oito por cento) em Insuficiente e 8% (oito por cento) em Proficiente.

Dessa forma, a equipe técnica concluiu que a Escola superou os indicadores nos exercícios de 2009 e 2011. Todavia, ficou abaixo da meta estabelecida para os anos de 2007, 2013 e 2015.

A Secex informou que há insatisfação por parte dos professores, membros do Conselho questionado e alunos acerca da estrutura da física, condições de sala de aula e serviços prestados na Escola.

Dentre os problemas apontados pela unidade técnica sobre a estrutura física, destacou 11 (onze) achados irregulares, quais sejam: infiltrações; alagamentos; ausência ou má conservação dos livros didáticos; computadores estragados ou ausentes; extintores de incêndio vencidos ou ausentes; pátio da escola inadequado; refeitório inadequado e necessitando de reforma; biblioteca com espaço insuficiente e sem monitor; ausência de quadra de esportes, laboratório de ciências e auditório.

Assim, concluiu que os alunos da Escola Estadual Alina do Nascimento Tocantins apresentaram nível de aprendizado abaixo da avaliação da Prova Brasil, sendo que 70% (setenta por cento) dos avaliadores não atingiram o nível de habilitação esperado na matéria de Português e 92% (noventa e dois por cento) em Matemática.

Por fim, sugeriu a notificação do Secretário de Estado de Educação, Cultura e Lazer do Mato Grosso e a Diretora da Escola para apresentarem plano de ação com o objetivo de sanar as irregularidades identificadas.



Devidamente citado por meio do Ofício nº 028/2018/GAB-JBC, o Secretário de Estado de Educação, Esporte e Lazer, Sr. Marco Aurélio Marrafon, manifestou-se nos autos conforme Documento Digital nº 133572/2018.

Em suas razões, o gestor informou que o Plano de Ação, encaminhado em anexo à defesa, foi elaborado em participação da equipe técnica da SEDUC e equipes gestoras das unidades escolares da rede pública estadual de educação que foram auditadas pelos técnicos da SECEX.

No Plano de ação, a Secretaria apresentou as providências a serem adotadas com os seguintes prazos para implementação:

a) 31/12/2018 para regularizações referentes à ausência ou má conservação dos livros didáticos;

b) 31/12/2019 para ajustes relacionados às infiltrações e alagamentos;

c) 31/12/2021 para adequações dos computadores estragados/ausentes do laboratório de informática, aquisição de extintores de incêndios, adaptação do pátio da escola e refeitório com ambiente adequado aos alunos, regularização de espaço apropriado da biblioteca, quadra de esportes, laboratório de ciências e auditório próprio.

Com efeito, foi encaminhada à Diretora da Escola, Sra. Nara Garcia Teixeira da Silva, a Notificação nº 10/2018/GAB-JB (doc. digital nº 22357/2018) para prestar esclarecimentos e informar providências acerca das irregularidades apontadas. Contudo, a gestora não apresentou manifestação nos autos.

Em Relatório de Avaliação de Plano de Ação, a equipe de auditores entendeu que as propostas explicitadas no projeto encaminhado pelo Secretário de Educação são suficientes para sanar as 11 irregularidades apontadas e sugeriu o conhecimento do Plano de ação e a realização de monitoramento com inspeções *in loco* a serem realizadas em momento oportuno.



Por sua vez, o Ministério Público de Contas, representado pelo Procurador de Contas Alisson Carvalho de Alencar, emitiu o Parecer nº 3.147/2018 e, em consonância com a equipe técnica e concluiu nos seguintes termos:

*Diante do exposto, o **Ministério Público de Contas**, instituição permanente e essencial às funções de fiscalização e controle externo do Estado de Mato Grosso (art. 51 da Constituição Estadual), **manifesta-se**, em consonância com a equipe técnica, após a verificação do atendimento à solicitação deste Tribunal, pelo **monitoramento** do Plano de Ação para atender às necessidades da **Escola Estadual Alina do Nascimento Tocantins** (art. 148, §6, RI TCE/MT).*

*Sugere-se ainda a expedição de **recomendação** (art. 22, §1º da LOTCE/MT) ao atual Secretário de Estado de Educação **para que proceda**, em conjunto com a Diretoria da Escola, o **aperfeiçoamento do planejamento e da execução das políticas públicas na área da educação**, identificando os fatores que causaram os resultados insatisfatórios nos indicadores de proficiência em matemática e português na prova Brasil, visando uma mudança positiva na situação avaliada por esta Corte.*

Diante do exposto e tendo em vista que existem medidas a serem executadas até 31/12/2021, **conheço** do presente Plano de Ação proposto e determino o encaminhamento dos autos à Secretaria de Controle Externo de Educação e Segurança até a análise conclusiva da equipe técnica.

Cuiabá, 30 de agosto de 2018.

(Assinatura Digital)

João Batista de Camargo Júnior

Conselheiro Interino

(Portaria nº 127/2017, DOC TCE/MT de 18/09/2017)